

Apresentação do Dossiê

O fato de que os países da América Latina no início do século XXI se constituem em democracias representativas consolidadas, não tem significado, entretanto, que desfrutem de bons governos. Tem se tornado evidente, que democracia não é sinônimo de bom governo.

A persistência de instituições democráticas deficientes, a desigualdade social, política e econômica, bem como a presença de culturas políticas descrentes e desiludidas tem contribuído para colocar dúvidas sobre o futuro da democracia na América Latina.

Presentemente, vivemos um período de elevada incerteza sobre os caminhos que viabilizem uma democracia substantiva e eficiente. Observa-se uma crescente polarização política na sociedade, onde a intolerância e a hostilidade com a política e os políticos têm proliferado acentuadamente.

Há, sem dúvida, uma crise de credibilidade das instituições políticas e sobretudo dos gestores públicos. A corrupção generalizada tem produzido um clima de ingovernabilidade e falta de legitimidade dos governos eleitos de plantão. O resultado tem sido o surgimento de dilema sérios que a América Latina terá de enfrentar para reinventar e fortalecer sua democracia na dimensão substantiva.

Foi dentro deste contexto que o presente Dossiê foi pensado e intitulado os Dilemas da democracia na América Latina. Seleccionamos um conjunto de artigos que enfrentaram esta questão a partir de diferentes perspectivas teóricas e metodológicas.

O primeiro artigo, intitulado *Desinstitucionalización del sistema de partidos en México: volatilidad, fragmentación y número efectivo de partidos*, de José Manuel Luque Rojas, analisa o processo de desinstitucionalização do sistema de partidos no México, como resultado da desafeição cidadão em relação aos principais partidos políticos. O autor utiliza variáveis e indicadores políticos, tais como volatilidade, fragmentação eleitoral e o número efetivo de partidos, buscando explicar as causas que têm provocado a queda nos níveis de apoio eleitoral dos três partidos principais a favor de outras opções políticas.

O segundo artigo, intitulado *Economia e instituições importam? Um estudo do comportamento eleitoral em países latino-americanos*, de Jaqueline da Silva Borges, buscou analisar a relevância de aspectos econômicos e institucionais no comportamento eleitoral de dezoito países latino-americanos entre 2008-2012. O artigo visa avaliar em que medida as variáveis institucionais se mostram relevantes no vínculo que o eleito estabelece entre desempenho de governo na economia e a avaliação dada ao governante. A autora conclui que além dos aspectos econômicos é necessário levar em conta a influência de variáveis institucionais no voto econômico.

O terceiro artigo, intitulado Hannah Arendt e as manifestações populares do Brasil e da Venezuela: compreensão fenomenológica, de Gina Pompeu, Ana Carla Freitas e Alberto de Souza, busca, com base em uma abordagem qualitativa correlacionar os estudos de Hannah Arendt às manifestações populares no Brasil e na Venezuela entre os anos de 2013 e 2014. O objetivo principal é o de buscar subsídios que expliquem com base na compreensão fenomenológica como o poder tem sofrido mudanças importantes no sentido de sua degeneração e relaciona ao aspecto prático. Os autores utilizam variáveis econômicas inerentes ao desenvolvimento humano, que refletem o papel da economia no contexto em estudo.

O quarto artigo, intitulado Satisfação com a democracia entre os brasileiros no cenário recente (2002-2014), de Fabíola Brigante Del Porto, analisa os resultados do Estudo Eleitoral Brasileiro (ESEB) de 2002 a 2014, buscando responder a pergunta: “De uma maneira geral, o(a) sr.(a) está muito satisfeito(a), satisfeito(a), pouco satisfeito(a) ou nada satisfeito(a) com o funcionamento da democracia no Brasil?” e de seus correlatos atitudinais e socioeconômicos. A autora descreve a satisfação com a democracia como medida de responsividade do regime aos olhos dos cidadãos e, como tal, como fenômeno multifacetado, que envolve não apenas a avaliação de resultados e conteúdos substantivos das políticas democráticas, como também aspectos institucionais e normativos da democracia representativa. Segundo a autora o fenômeno da satisfação com a democracia no país tem correlatos razoavelmente consistentes através do tempo em termos de avaliação de autoridades e de normas democráticas. Sugerem também que, embora a dimensão econômica seja importante, ela nem sempre é determinante para a satisfação com a democracia no país.

O quinto artigo, intitulado O desprezo da política eleitoral: crise da representação e legitimidade contra-democrática na obra de Pierre Rosavallon, de Luanda Dias Schramm, analisa as transformações recentes na democracia representativa a partir das contribuições de Pierre Rosavallon, sob a perspectiva de uma democracia mais justa e equitativa. A ideia central do artigo é de que o conceito de contra-democracia, no pensamento de Rosavallon, integra o conjunto das instituições que agiriam como contraponto, criando novas formas de legitimação política, ausentes nas concepções minimalistas de democracia eleitoral. Assim, segundo a autora, a emergência de formas não eleitorais de *accountability* deve ser vista com otimismo.

Fechando o dossiê, o sexto artigo, intitulado El debate sobre la construcción del orden democrático y sus condiciones, de Alfredo Ramos Jiménez, enfatiza a influencia em analisar a experiência latino-americana a luz da relação conflitiva entre

Estado, sociedade política e sociedade civil em diversos contextos. A tese proposta é de que, de maneira geral a construção da ordem democrática em nossos países, pressupõe a primazia da sociedade política em todo esforço social orientado para a democratização da sociedade em seu conjunto.

A Revista conta ainda com artigos livres. O primeiro, intitulado regras de reconhecimento e a legitimidade da decisão jurídica em Hart, de Rafael Simioni e Rodrigo Barbosa, analisa o conceito da legitimidade no marco teórico de Herbert Lionel Adolphus Hart. A questão da legitimidade está na base do Estado Democrático de Direito e do convívio social, sendo ao mesmo tempo questão complexa e de suma importância, abordada em diversas hipóteses e teorias, mas sem nunca uma resposta definitiva. Os autores discutem três conceitos centrais: (1) a necessidade de fundamentação da legitimidade e sua relação com o conceito de justiça; (2) analisa a visão de Hart sobre regras primárias e secundárias, e o papel das regras de reconhecimento como fator de legitimidade do ordenamento jurídico; (3) se debate a questão da derrotabilidade das regras jurídicas, fenômeno em que regras retiram a efetividade de outras, como é o caso do instituto da legítima defesa. Conclui-se que, apesar de não ser possível, ao menos no momento, encontrar uma resposta definitiva para a pergunta da legitimidade, Hart oferece uma visão diferente, baseada em fatos sociais, sem necessidade de construções hipotéticas, tornando possível identificar, através de regras de reconhecimento, a legitimidade embutida no sistema.

O segundo artigo livre, intitulado Dinheiro realmente importa? Uma análise do financiamento de campanha nas eleições para a ALERGS em 2014, de Maurício Rebello, Gustavo Giora e Marina Scapini, analisa a relação entre o financiamento de campanha e votos para a eleição de 2014 na Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul (ALERGS) entre todas as 668 candidaturas. Os autores pressupõem que o financiamento é uma variável-chave para explicar o sucesso eleitoral, porém essa variável só assume relevância quando não há outras variáveis intervenientes. Por exemplo, quando se controla pela variável carreira política, a importância do dinheiro diminui consideravelmente. Os autores concluem assim que a literatura deve ser mais cautelosa quanto à importância do dinheiro para explicar o sucesso eleitoral no Brasil.

O último artigo, intitulado Política e Juventude: participação política dos jovens do Sul do Brasil, de Renata Oliveira, Carla Ayres, Jaqueline Hasen e Julian Borba, analisa a relação juventude e política com base na pesquisa *Democracia, mídia e capital social: um estudo comparativo de socialização política dos jovens do Sul do Brasil*, realizada pelo Núcleo de Pesquisa sobre a América Latina (NUPESAL) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e apoiada pelo CNPQ,

aplicada nas três capitais, Curitiba, Florianópolis e Porto Alegre, entre 2015 e 2016, com estudantes de ensino médio de escolas públicas e particulares. Os autores enfatizam o estudo na participação política, com o intuito de verificar quais seriam os determinantes das modalidades de participação online e off-line dos jovens das capitais da região Sul do Brasil. A hipótese principal é de que existe uma maior disposição para a participação online e para as modalidades *off-line* não convencionais.

O organizador:

Marcello Baquero
(Universidade Federal do Rio Grande do Sul/ Brasil)